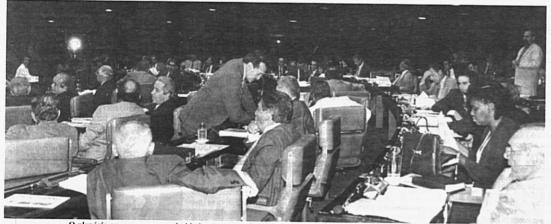
JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Plenário amplia inelegibilidade de governadores e prefeitos

O período de oito anos, previsto atualmente para parlamentares e o presidente da República, passaria a ser adotado também no caso de governantes de estados e municípios que perderem o mandato por decisão da Justiça



O plenário aprovou por unanimidade o aumento do período de inelegibilidade, que agora será apreciado pela Cámara

Os governadores e prefeitos que vierem a perder seus mandatos em virtude de decisões iudiciais se tornarão inelegíveis por oito anos. A decisão foi tomada ontem pelo plenário, ao aprovar por unanimidade projeto de lei complementar do senador José Eduardo Dutra. A proposta iguala o prazo de inelegibilidade de governadores e prefeitos ao já estabelecido para o presidente da República, os deputados e senadores. O projeto segue agora para a Câmara. Página 3

Divergências marcam debate sobre juiz classista na CCJ

O debate sobre o fim dos juízes classistas, promovido ontem pela Comissão de Constituição, Justica e Cidadania (CCJ), foi marcado por divergências. O relator da matéria, Jefferson Péres, defendeu a extinção apenas nos tribunais regionais do trabalho. Página 8

CAE garante gasoduto

PÁGINA 7



Lampreia e o presidente da CRE, Romeu Tuma, debatem a Alca

Senado investiga incêndio

PÁGINA 6

Lampreia condiciona ingresso do Brasil na Alca

Ochanceler Luiz Felipe Lampreia garantiu ontem à Comissão de Relações Exteriores que o Brasil só participará da Área de Livre Comércio das Américas se não houver privilégio para os interesses dos Estados Unidos. Página 7



Júnia lamenta "massacre" de servidores

A senadora Júnia Marise acusou ontem o governo de promover um "verdadeiro massacre" do funcionalismo público, ao manter seus salários sem reajuste há três anos e três meses. Ela lamentou que os servidores, sem poder de barganha, estejam caindo nas mãos de agiotas. Página 5

Jáder diz que governo cede à pressão do Canadá

O senador Jáder Barbalho (PA), líder do PMDB, criticou ontem o governo brasileiro por ter assinado o acordo de transferência de presos com o Canadá, o que irá beneficiar dois canadenses condenados pelo sequestro do empresário Abílio Diniz.

- Estamos assistindo a um fato inédito: o Brasil aceitando pressão do Canadá para "transferir" os seqüestradores, uma figura inédita no Direito Internacional. Pressionado, o governo dá tratamento com base no capítulo de direitos humanos a sequestradores enquadrados em crime hediondo - assinalou Jáder.

O senador afirmou que "o sistema penal brasileiro está falido, as penitenciárias viraram depósito" e a Secretaria Nacional de Direitos Humanos se preocupa com o caso dos següestradores (dois canadenses, cinco chilenos, dois argentinos e um brasileiro).

- O governo não está atento àqueles que permanecem presos por pequenas penas, alguns aguardando julgamento, mofando nas cadeias. Onde estão os direitos humanos? Onde está o dr. José Gregori (secretário de Direitos Humanos)? - perguntou.

Para o líder do PMDB, o següestro vem sendo transformado em crime político, "numa desmoralização para a Justiça brasileira". Ele acrescentou que os dois canadenses, se confirmada a transferência, "voltarão para seu país e dirão que o Brasil é um paisinho do Terceiro Mundo, onde não há julgamento justo".

ACM: Gregori extrapolou

Após o discurso de Jáder Barbalho, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, deu razão ao líder peemedebista quanto à atuação do secretário nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, José Gregori.

- Penso que S. Exª extrapolou em sua atuação na comissão. Primeiro, presume-se que um assunto dessa ordem é de competência de ministro de Estado. Segundo, a parte do tratado do Canadá foi aprovada pelo Senado em 1993, mas S. Exª disse que aprovará o restante em 25 dias, no Congresso, numa ousadia sem limites, já que não manda nos prazos do Congresso - afirmou.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) lembrou que participou das investigações do sequestro do empresário e que os motivos não foram políticos.

Agenda do

Antonio Carlos Magalhães

10h - Cerimônia de instalação do gabinete do ministro da Reforma Institucional

11h - Preside sessão deliberativa extraordinária do Senado Federal

15h30 - Despacho interno

PLENÁRIO

10h - Sessão deliberativa extraordinária

Pauta: Quarto dia de discussão da *PEC nº 28/96, que altera a redação do art. 6º da Constituição federal (inclui, entre os direitos sociais, o direito à moradia); segundo dia de discussão da "PEC nº 50/96, que convoca plebiscito para o eleitorado decidir sobre a realização de reforma constitucional e altera o art. 55 da Constituição federal para prever a perda de mandato por infidelidade partidária; "Requerimento nº 67/98 do senador Ademir Andrade; *Requerimento nº 185/98, o senador Waldeck Ornelas, que solicita tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 51 e 137, de 1996, por tratarem de dedução de gastos com educação do im-posto de renda; e *PLS nº 45/93, que altera a Lei nº 6.435/97, sobre entidades fechadas de previdência privada

COMISSÕES

9h30 - Comissão Parlamentar Conjunta do Mer-

Assinatura de Convênio de Cooperação Técnica entre a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais -Fiemeg. Plenário 15, Anexo II - Câmara dos Deputados 10h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: *Relatório às emendas apresentadas ao PDL referente às contas do presidente da República de 1996; *Requerimentos de autoria do deputado Paulo Bernardo; e "Relatório ao PL 6/98-CN. Pienário 2, Anexo II -Câmara dos Deputados

10h30 - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacandose: 'PLC nº 12/97, que acrescenta dispositivo à Lei nº 6.494/97, que dispõe sobre os estágios de estudantes, alterada pela Lei nº 8.859/94; *PLS nº 147/97, que revoga o art. 2º da Lei nº 9.192/95, que altera dispositivos da Lei nº 5.540/68, que regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários; *PLS nº 263 95, que dispõe sobre a educação a distância; *PLS nº 79/95, que dispõe sobre a distribuição dos recursos do

salário-educação; *PDL nº 118/97, que aprova o ato que renova a concessão da Televisão Vitória Ltda... para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Vitória, estado do Espírito Santo: e *PDL nº 120/97, que aprova o ato que renova a concessão deferida à Rádio Bandeirantes de Cachoeira Paulista Ltda., para explorar serviços de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Cachoeira Paulista, estado de São Paulo. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

11h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: 'Mensagem nº 102/98, que submete à apreciação do Senado Federal o nome de João Carlos Pessoa Fragoso, ministro de primeira classe, do quadro especial, da carreira de diplomata, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República Helênica; "Mensagem nº 113/98, que submete à apreciação do Senado Federal o nome de Roberto Soares de Oliveira, ministro de primeira classe, do quadro permanente, da carreira de diplomata, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à Confederação Suíça; *PDL nº 2/98, que aprova o texto do acordo sobre a construção e utilização de um prédio para a ampliação das instalações da embaixada do Brasil em Luanda e para a habitação dos funcionários diplomáticos, técnicos e administrativos, celebrado entre o governo do Brasil e o governo popular de Angola; *PDL nº 16/98, que aprova o texto modificativo ao convênio constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento, aprovado pela Resolução B/BG/97/05; *PDL nº 10/98, que aprova o texto da convenção internacional sobre preparo, resposta e cooperação em caso de poluição por óleo, concluída em Londres, em 30 de novembro de 1990; *PDL nº 13/98, que aprova o texto do protocolo de integração educacional para a formação de recursos humanos no nível de pós-graduação entre os países-membros do Mercosul, concluído em Fortaleza, em 16 de dezembro de 1996; e *PDL nº 14/ 98, que aprova o texto do protocolo de integração cultural do Mercosul, concluído em Fortaleza, em 16 de dezembro de 1996. Sala 7 - Ala Senador Alexandre Costa

14h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.605-22, de 02/04/98. que "da nova redação ao art. 44 da Lei nº 4.771, de 15/ 09/65, que dispõe sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em areas agrícolas na região Norte e na parte norte da região Centro-Oeste". Pauta: Discussão e votação do parecer do relator. Sala 2 - Ala Senador Alexandre Costa

Tuma elogia esforcos em favor da educação

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) destacou ontem a realização do seminário "Como se muda um País através da Educação", que a Rede Globo está realizando na capital paulista, com a participação

de autoridades e especialistas no setor

Tuma, que participou do encontro por designação do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse que a iniciativa se insere no "Projeto Brasil 500 Anos", que até 21 de abril do ano 2000 promoverá uma série de

eventos, com prioridade para os temas de educação e cidadania.

- A educação é a base de todo o desenvolvimento. Não adianta fazermos leis cada vez mais avançadas, como o novo Código de Trânsito, o Estatuto da Criança e do Adolescente ou o Código de Proteção Ambiental, se o povo não possuir educação suficiente para absorver e enten-

der os preceitos legais - afirmou.

Romen Tuma cumprimentou a Rede Globo e, em especial, o jornalista Roberto Marinho, por seus esforços no sentido de levar mais educação ao povo brasileiro. Acrescen-

Tuma destaca encontro tou que as Organizações Globo vêm se dedicando a projetos educacionais, como o Telecurso 2000, Globo Ecologia, Globo Ciência e, mais re-



O recente risco de racionamento de energia, provocado pelo acidente com duas torres de transmissão de Itaipu, será comentado na TV Senado pelo engenheiro eletricista Luis Meneguin, membro da Comissão de Conservação de Energia do Banco Central.

Meneguin, que desenvolve mecanismos de aplicação ecoló-

gica da energia nos arredores de Brasília, defende o emprego de equipamento de última geração na produção energética. Isso exigiria um grande investimento inicial, que seria compensado por uma economia no consumo de energia, afirma o engenheiro na entrevista, que vai ao ar hoje às 7h e às 12h15.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães 1º Vice-Presidente: Geraldo Melo 2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio 3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucidio Portella Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes Lúdio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade Editor-Chefe - Djalba Lima

Editores - Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Gue-

des, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa Diagramação - Sergio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar

Revisão - Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e-Migueas Dantas de Morais

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento. Roosevelt Pinheiro e Jane Araŭjo

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211 e Fax: 311-3137 - Brasilla - DF Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

Plenário aprova, por unanimidade, projeto do senador José Eduardo Dutra que dá a governantes estaduais e municipais mesmo tratamento dispensado ao presidente. Agora, Câmara dos Deputados apreciará a proposta

Aumentam os prazos de inelegibilidade



O projeto aprovado no plenário ontem tem por objetivo, segundo seu autor, dar tratamento isonômico a todos os casos

Benedita homenageia Tim Maia

No primeiro mês da morte do cantor e compositor Tim Maia. registrado ontem, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) prestou sua homenagem ao amigo falecido, destacando que, atrás da aparente "piração" do artista, ele era um homem lúcido e consciente. Ela disse que uma fita com a música Sorriso de criança, dada por ele à senadora e ainda inédita, demonstraria essa luci-

Benedita informou que, por ocasião da morte de Tim Maia, encontrava-se em Fortaleza, juntamente com as senadoras Emília Fernandes (PDT-RS) e Marluce Pinto (PMDB-RR), para audiências públicas da CPI que apura denúncias sobre trabalho escravo de crianças e adolescentes no Brasil.

Na opinião da senadora, Tim Maia, com seu talento e rebeldia, deixou marca própria na música popular brasileira. "Não pôde realizar, no entanto, o que talvez tenha sido seu último desejo: ser eleito senador pelo PSB-RJ", disse.



Benedita ressaltou lucidez

Acordo de extradição com a Coréia será reexaminado

O plenário do Senado decidiu ontem que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional fará nova análise de um tratado de extradição assinado pelo governo brasileiro com a Coréia do Sul, em setembro de 95, por causa de dúvidas levantadas pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), líder do Bloco Oposição.

Suplicy questionou dois itens do acordo. No primeiro, o acerto prevê que o acusado poderá ser extraditado mesmo se na Coréia existir pena de morte. A Constituição de 88 profbe a pena de morte, exceto em caso de guerra declarada. O senador perguntou o que o Brasil poderia fazer se um extraditado fosse condenado à pena de morte na Coréia.

Outro artigo permite a extradição mesmo nos casos em que a acusação feita ao réu não seja crime no Brasil. Suplicy lembrou que o Estatuto dos Estrangeiros somente autoriza a extradição se o fato também for considerado crime no Brasil.

O plenário aprovou, na mesma

sessão, a Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, firmada na Holanda, em 1993. Também recebeu votação favorável o acordo sobre a criação da Organização para o Desenvolvimento de Energia na Península Coreana.

Senado aprova quatro novos embaixadores

Em sessão secreta, o Senado aprovou ontem mensagens do presidente da República indicando diplomatas para o cargo de embaixador do Brasil em quatro países. Os indicados são Carlos Luiz Coutinho

Perez para a embaixada na Dinamarca, Gilberto Vergne Saboia para a Suécia, Luiz Filipe de Macedo Soares Guimarães para a Noruega e Sérgio Henrique Nabuco de Castro para a Jordânia.

CAE analisa isenção para Cetesb

A pedido do senador Gilberto Miranda (PFL-AM), o plenário concordou ontem que a Comissão de Assuntos Econômicos dê parecer sobre um pedido do governo federal para liberar a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb) do pagamento de impostos de importação de equipamentos alemães, desti-

nados a despoluir o rio Tietê.

Miranda argumentou que, apesar de se tratar de importações previstas num acordo de cooperação com a Alemanha, a CAE deve opinar sobre as isenções. O assunto foi analisado apenas na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O acordo com os alemães, no

valor de aproximadamente R\$ 190 milhões, prevê a doação financeira à Cetesb, para a importação de equipamentos dentro do projeto "Monitoramento da Oualidade das Águas do Rio Tietê". O senador Romeu Tuma (PFL-SP) tentou convencer Gilberto Miranda a retirar seu requerimento, mas não obteve sucesso.

Sessão de hoje discute duas emendas

O Senado Federal reúne-se extraordinariamente em sessão deliberativa hoje, às 10h, quando continuará a discussão de duas propostas de emenda constitucio-

nal: a que inclui o direito à moradia entre os direitos sociais, e a que convoca plebiscito para o eleitorado decidir sobre a realização da reforma constitucional, além de

prever a perda de mandato por infidelidade partidária. Também será apreciado o projeto de lei que regulamenta entidades fechadas de previdência privada.

Se forem condenados e perderem seus mandatos, por qualquer ilegalidade que tenham cometido, os governadores, prefeitos e seus respectivos vices ficarão inelegíveis por oito anos. Isso é o que estabelece projeto de lei complementar de autoria do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), aprovado ontem, por unanimidade, pelo plenário do Senado. O projeto vai agora ao exame da Câmara dos Deputa-

O projeto iguala governadores e prefeitos ao presidente da República e aos parlamentares em caso de condenação e/ou perda de mandato. Os atuais prazos variam de três a cinco anos. Os oito anos de inelegibilidade aplicam-se em seguida ao término do período de mandato para o qual tenham sido eleitos.

O relator da matéria, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), deu parecer favorável e destacou a importância de que também não se beneficie mais o governante que tiver suas contas rejeitadas por irregularidade insanável e que tenha deixado de recorrer ao Judiciário, nos trinta dias seguintes à rejeição

 O objetivo do projeto é dar tratamento isonômico a todos os casos de ilegalidades que resultem em perda do direito de ser eleito, corrigindo situações de iniquidade provocadas pela Lei Complementar nº 64/90, que admite prazos distintos de inelegibilidade. Mesmo a alteração promovida na lei depois da CPI do Orcamento (aumentando de três para oito anos o período de inelegibilidade dos membros do Poder Legislativo que tenham perdido seus mandatos por infringência das normas constitucionais) manteve os prazos de três, quatro e cinco anos para todos os demais casos, o que configura uma flagrante injustiça - observou Cabral.

O senador também lembrou que, numa democracia, a elegibilidade, da mesma forma que o direito de alistar-se eleitor, deve tender à universalidade. "O projeto do senador José Eduardo Dutra tem o mérito de resgatar esse princípio democrático, ao dispensar igual tratamento a situações semelhantes", afirmou Bernardo Cabral.

Em balanço de seus 23 meses à frente do Ministério da Agricultura, o senador destacou o crescimento "espetacular" da safra nacional durante o período e a previsão de ampliação do crédito rural neste ano para R\$ 12 bilhões

Porto registra salto da produção agrícola

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) apresentou ontem, da tribuna do plenário, um balanço de seus 23 meses à frente do Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Ele destacou o "crescimento espetacular" da safra nacional, que saltou de 73,9 milhões de toneladas de grãos, na colheita de 1995/96. para mais de 81 milhões de toneladas na safra atual.

Porto ressaltou a modernização da agricultura brasileira ocorrida em sua gestão. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) investiu, em seu segundo ano no ministério. R\$ 888 milhões em custeio, beneficiando 387 mil famílias, e R\$ 737

milhões em investimentos, favorecendo outras 102 mil famílias. "Famílias que permanecem no campo, produzindo e com dignidade", disse o senador.

No setor de crédito rural, os R\$ 3.2 bilhões aplicados no ano agrícola 1995/96 passaram para R\$7,1 bilhões na safra seguinte, com projeção de chegar a R\$ 12 bilhões em 1997/98. Por outro lado, o custo do dinheiro foi reduzido de 16% ao ano, em 1995/ 96, para 12% no ano seguinte e 9,5% na safra atual, segundo o

A fundo perdido, foram atendidos mil municípios em 1997, totalizando recursos de R\$ 80 milhões. Já o Programa de Recuperação e



Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop) recebeu R\$ 2,4 bilhões, distribuídos entre 1.400 cooperativas.

A adocão do sistema de zoneamento no Programa de Seguro Agrícola (Proagro) conseguiu reduzir os encargos sobre os seguros agrícolas em 57,3% para o arroz e o feijão e 55,7% para o algodão, o milho e a soja. A renegociação dos débitos da securitização agrícola atingiu um montante de R\$ 12,8 bilhões em suas duas fases, trazendo de volta à produção mais de 400 mil agricultores.

- De um ambiente de incerteza e angústia dos produtores, já percebemos hoje, nos contatos do dia-a-dia, um sentimento de mais confiança e esperança - afirmou Arlindo Porto.

O senador lembrou que o setor agropecuário já responde por

10.58% dos US\$ 803 bilhões do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Se consideradas todas as atividades do que chamou de "agronegócio nacional", este montante chega a US\$ 320 bilhões ou 39,85% do PIB. O setor gera 36 milhões de empregos ou mais da metade (52%) da População Economicamente Ativa.

O senador agradeceu a colaboração de seu partido, do-Senado Federal, dos funcionários do ministério e outras entidades. Agradeceu também a lealdade de sua suplente, senadora Regina Assumpção, e ao seu antecessor no ministério, senador José Eduardo Andrade Vieira (PTB-PR).

Falcão defende a indicação de Calheiros

O senador Djalma Falcão (PMDB-AL) fez ontem veemente defesa da indicação de Renan Calheiros (PMDB-AL) para o Ministério da Justiça, afirmando que, "se hoje estão pedindo a cabeça de Renan porque ele foi líder do ex-presidente Collor

na Câmara dos Deputados, seria preciso construir um cadafalso para cortar a cabeça de muita gente", uma vez que 35 milhões de brasileiros votaram em Colllor



Falcão foi veemente

- Para esse cadafalso, para a guilhotina, iriam também o vice-presidente da República, Marco Maciel, líder de Collor no Senado, e os ex-ministros da Previdência Social, Reinhold Stephanes, e do Planeiamento, Antonio Kandir, que foram colaboradores do ex-presidente.

Além disso, a esses auxiliares de Collor iria fazer companhia o ex-governador Leonel Brizola, que, na condição de governador do Rio, foi

Senadores aplaudem conquistas do ex-ministro

Foram ao todo nove apartes ao balanço feito pelo senador Arlindo Porto de seu trabalho à frente do Ministério da Agricultura e do Abastecimento. O líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), congratulou Porto pelo que chamou de "comportamento exemplar". Arruda disse que o ex-ministro sempre teve o cuidado de convidar seus colegas senadores para as viagens que fazia aos estados representados por eles, independente de filiação partidária.

De acordo com o líder, os parlamentares da base de sustentação do governo também tiveram sempre bom tratamento. O trato cordial do ex-ministro para com seus colegas parlamentares foi também elogiado pelo líder do PTB no Senado, Odacir Soares (RO).

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) alertou para a importância do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) na recomposição da renda agrícola do país. Ele ressaltou ainda o reconhecimento internacional dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul como áreas livres da febre aftosa. Arlindo Porto acrescentou que outros sete estados devem conseguir tal distinção. Esses estados representam 70% do maior rebanho bovino comercial do mundo. o brasileiro, com 167 milhões de

Em oposição ao atual governo, a senadora Júnia Marise (PDT-MG) lembrou que tem feito muitas críticas à administração federal, mas elogiou os resultados "extremamente positivos" conseguidos por Arlindo Porto no ministério. Já o senador Pedro Simon (PMDB-RS) citou o governador de seu estado, Antonio Britto, que disse que não poderia falar do novo ministro da Agricultura sem mencionar seu antecessor, agradecendo a Arlindo Porto o atendimento aos pleitos formulados pelos gaúchos.

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) ressaltou o fato de que Arlindo Porto saiu do ministério sem atacar o governo. O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) lamentou que o Ministério da Agricultura seja utilizado para fazer acomodações políticas. Também ex-ministro, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) destacou que Arlindo Porto devolveu a calma e a tranquilidade ao setor agricola, que voltou a acreditar no governo.

Por fim, seu antecessor no ministério, senador Andrade Vieira (PTB-PR), saudou Arlindo Porto e lamentou a falta de continuidade no ministério. Após o encerramento do discurso, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse que a Casa recebia com alegria a volta de Arlindo Porto. Afirmou que sua atuação como ministro, inequívoca, dienificou o Senado Federal, e que a Mesa se juntava aos aplausos feitos pelos senadores.

Napoleão diz que nomeação de Freitas orgulha o Piauí

O senador Hugo Napoleão (PFL-PI) disse ontem que "é motivo de orgulho" para o povo

piauiense a nomeação do senador Freitas Neto (PFL-PI), pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, para o cargo de ministro da Reforma Institucional. Ele destacou que o Piauí conta agora com mais um nome ilustre no ce-

nário político-administrativo do país.

Napoleão lembrou que o senador Elói Portela (PPB-PI). suplente de Freitas Neto, também ocupou importantes car-

gos públicos, tanto na esfera estadual quanto na área federal. "Manifesto o meu regozijo tam-

bém em nome da bancada do PFL". acentuou.

- Irmão do senador Lucídio Portella (PPB-PI), e presidente regional do Partido Progressista Brasileiro (PPB), o senador Elói Portela tem larga folha de serviços prestados. Coin-

cidentemente são três irmãos senadores - comentou Hugo Napoleão, lembrando o saudoso Petrônio Portella, que presidiu o Senado por duas vezes e foi ministro da Justiça.



Arruda: comportamento exempla



Osmar elogiou o Pronaf



Dizendo que os funcionários se transformaram numa "âncora invisível" do Plano Real, senadora lembra que, enquanto salários não sobem, preços já aumentaram 48% desde 94

Júnia defende reajuste para servidor

Ao enfatizar o fato de o funcionalismo público não ter reajuste salarial há três anos e três meses, a senadora Júnia Marise (PDT-MG) disse ontem que a categoria foi eleita pelo governo Fernando Henrique como "bode expiatório", apesar de ser "uma âncora invisível do Plano Real".

- O governo alardeou corte nas despesas. O resultado tem sido um verdadeiro massacre de uma categoria que não tem poder de pressão e de barganha, especialmente num panorama de recessão e diante da estratégia política de redução do poder do Estado - analisou a senadora.

Júnia Marise lembrou que o



Júnia condena "espoliação" governo abriu algumas exceções e liberou aumentos para "seletos grupos de servidores", beneficiados com vantagens específi-

cas por meio de seis medidas provisórias, seis leis ordinárias e um decreto. Para a senadora, o governo violou a Constituição ao usar medidas provisórias com esse fim, por não se tratar de matéria urgente e relevante. E também desrespeitou, segundo ela, o princípio constitucional da isonomia de vencimentos para funcionários com cargos de atribuições iguais ou assemelhadas.

A senadora chamou atenção para matéria do jornalista Hugo Marques, publicada por *O Globo*, que descreve a busca crescente, por parte dos servidores, de dinheiro emprestado por agiotas. Os servidores já são respontas.

sáveis pela metade dos empréstimos contraídos na capital, embora não representem nem um quarto da população economicamente ativa do DF. Júnia lembrou que, do início do Plano Real até o final de 97, os preços aumentaram 48,2% e as tarifas públicas, 85,4%.

- Para o governo, é muito mais fácil espoliar o já espoliado, o já combalido, o desventurado servidor público, do que medir forças com os banqueiros, com os oligopólios, com os investidores inescrupulosos, que tiram proveito da situação de dependência em que se encontra e na qual se aprofunda o Brasil - afirmou a senadora.



Alcântara quer mais gasto social

Alcântara pede medidas contra a violência

Ao citar estatísticas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), dando conta de que a violência no Brasil custa, anualmente, cerca de 10,5% do PIB, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) conclamou o governo e a sociedade a combater a pobreza, a seu ver a maior causa da violência urbana no país. "Apesar dos altos custos dos programas para reduzir a miséria, pode sair mais barato pagá-los do que conviver com a violência crescente nos grandes centros brasileiros", argumentou.

Para Alcântara, se o Brasil quiser um dia integrar o clube dos países ricos e desenvolvidos, precisa diminuir bastante seu contingente de miseráveis, estimado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em 16 milhões de pessoas, equivalentes a meia Argentina ou uma vez e meia o Chile. "Programas de renda mínima, vinculados à educação, como o que aprovamos aqui, no Senado, podem ser importantes, mas são claramente insuficientes", disse, propondo que se gaste mais no social, para economizar nos custos da violência.

Ele relatou seu encontro, há dias, com o presidente Fernando Henrique Cardoso, quando cobrou a agilização do programa de renda mínima e a adoção de esforços mais concentrados em treinamento de pessoal e na criação de empregos. "É uma ilusão acreditar que podemos isolar os pobres. Antes se empurrava para a senzala. Hoje, para a favela. Mas os ricos não conseguem se afastar dos excluídos que povoam as ruas das cidades", disse, citando artigo publicado no Correio Braziliense, de 22 de março passado.

Fazendo as contas do que representam 10,5% do PIB - cerca de 84 bilhões de dólares - Alcântara disse representar 140 vezes o que o governo investe em educação ou 84 vezes o total de investimentos na saúde. "Acredito que essa abordagem econômica possa sensibilizar alguns que ainda não estão horrorizados com os episódios cotidianos da violência", afirmou.

Valadares critica resposta sobre preço de remédios

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) pediu o registro nos Anais do Senado da resposta de Pedro Parente, ministro interino da Fazenda, a requerimento de informações por ele apresentado sobre abusos praticados pela indústria farmacêutica. Mas alertou: "Que fique registrado em ata que o autor do requerimento não se conformou com a resposta, e que esta seja enviada às comissões de Assuntos Econômicos e de Fiscalização e Controle do Senado."

O requerimento tinha três perguntas. Indagava se havia investigação em andamento nos laboratórios; se algum laboratório foi punido; e quantos e quais laboratórios já haviam sofrido punição. Parente limitou-se a responder que investigações do gênero são parte do trabalho rotineiro da Secretaria de Acompanhamento Econômico e informou os preços dos medicamentos. Valadares pediu que o documento fosse registrado, para expressar a sua inconformidade com a resposta.



Valadares: críticas a Parente

Suplicy protesta contra declarações de ACM

Líder do Bloco Oposição, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou sua discordância com a posição do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que é favorável à extinção do MST e da UDR. "Estranho que o presidente do Congresso use sua autoridade para fazer tal declaração", disse o parlamentar, observando que a declaração não condiz com a tradição democrática do Legislativo.

Ele citou o artigo 5º da Constituição para lembrar que as associações só podem ser dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial. Ele sustentou que o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra tem natureza completamente diferente da União Democrática Ruralista.

 Desde a sua criação, o MST tem cumprido um papel de organização e de mediação importantíssimo, muitas vezes coordenando esforços para que as



Suplicy estranhou declarações

manifestações sejam pacíficas e sem violência - afirmou.

Suplicy lembrou que pesquisadores como Darey Ribeiro e Celso Furtado viram no MST o movimento social mais importante da história do Brasil. "Graças a Deus, o MST existe, porque é o principal interlocutor do governo para assuntos de reforma agrária. Não se resolve um conflito destruindo as entidades de representação das partes em disputa."

Antonio Carlos diz que falou como senador

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, respondeu à manifestação do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) dizendo que o cargo de presidente do Senado não elimina a sua condição de senador.. "Eventualmente, estou presidindo a Mesa. Falei como senador, colega de V. Exª, e não me arrependo do que disse", rebateu Antonio Carlos Magalhães.

Lembrando que, assim como Eduardo Suplicy, tem o direito de expor seus pontos de vista, ele afirmou que, quando o MST esteve no Legislativo, recebeu seus líderes como presidente da instituição, cumprindo assim sua obrigação. Recordou também que ajudou Suplicy a providenciar equipamentos de som para os líderes do movimento se manifestarem em frente ao Congresso.

"Eu posso ter pontos de vista divergentes dos de V. Exª e os tenho", afirmou ainda o presidente do Senado, dizendo-se



ACM manteve o que tinha dito

contente por ver que Suplicy concorda com algumas posições por ele defendidas. Esclareceu também que, como presidente do Congresso, procura
atuar com a maior isenção possível, mas ressalvou: "Entretanto, não posso abdicar de minha
função de senador eleito pelo
povo, sobretudo quando expresso o pensamento de grande parcela da população que
condena o MST da maneira
como está agindo".



Jucá foi o autor da proposta

Comissão investigará incêndios

Uma comissão temporária do Senado, integrada por sete senadores, vai acompanhar as providências e investigações sobre as causas dos incêndios que afetaram o estado de Roraima. Criada através de requerimento do senador Romero Jucá (PFL-RR) aprovado ontem, a comissão poderá propor ações para recuperação econômica do estado e para diminuir o sofrimento das populações atingidas pelos incêndios.

A comissão poderá fazer, em 120 dias, sugestões para permitir maior rapidez na recuperação do meio ambiente afetado. Os partidos políticos ainda deverão indicar seus representantes.

Jucá contesta versão da PF

O senador Romero Jueá contestou ontem a versão de que os incêndios em Roraima foram causados por agricultores que não querem pagar financiamentos. "A Polícia Federal, que anunciou ter encontrado vestígios de incêndio provocado, se esquece de que o modelo de agricultura do estado é esse, em que o fogo funciona, infelizmente, como o trator de preparo da terra para plantio", acrescentou.

Na opinião de Jucá, é preciso mudar a política de assentamento e produção agrícola na Amazônia e preparar o país para ter tecnologia e conhecimento capazes de garantir um combate efetivo a incêndios na região.

 Tentar colocar a versão da Polícia Federal na imprensa é uma agressão aos agricultores de Roraima - reiterou.

O senador sugeriu que o ministro da Justiça, Renan Calheiros, investigue o porquê dos incêndios, o destino dos recursos federais enviados a Roraima e as responsabilidades do governo estadual. Avisado da possibilidade de incêndios, este não teria, segundo Jucá, alertado os agricultores. O presidente da Comissão Temporária da Amazônia, Nabor Júnior, lamentou o fato de as universidades da região Norte serem discriminadas em relação às do Sudeste

Falta de recursos sufoca universidades

O presidente da Comissão Temporária da Amazónia, senador Nabor Júnior (PMDB-AC), lamentou ontem que as universidades da região recebam um tratamento discriminatório do ponto de vista orçamentário em relação às do Sudeste. Ele admitiu que a escassez de recursos para aquelas instituições poderá comprometer o desenvolvimento regional e assegurou que considera a criação da Universidade do Acre a maior conquista do seu estado.

Destinada a definir uma política para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia, a comissão especial ouviu ontem o depoimento do reitor da Universidade Federal do Pará (UFPA), professor Cristóvam Diniz. Através da exposição de dados estatísticos, Diniz demonstrou que, apesar de a Universidade do Pará ser a segunda do Brasil em desempenho, é a 12^s em termos orçamentários.



Senadores buscam política para desenvolver a Amazônia

De acordo com o reitor, que fez um apelo para que haja uma maior participação do Parlamento na criação de uma frente nacional de defesa das universidades federais, há "fatos preocupantes que indicam a intenção do governo de passar para a iniciativa privada o ensino universitário no Brasil".

Diniz citou relatório do Banco Mundial no qual há recomendações para que, nos países do Terceiro Mundo, o Estado não se responsabilize pela manutenção do ensino universitário. "Enquanto isso", disse ele, "a Unesco recomenda justamente o oposto, ou seja: só através de investimentos oficiais maciços em suas universidades, os países pobres conseguirão superar as razões do seu atraso".

A greve, que no momento já atinge 32 universidades federais, representa, no entender de Cristóvam Diniz, "um grito de agonia dessas instituições". Para exemplificar o grau de dificuldades enfrentadas pela UFPA, o reitor esclareceu que as medidas econômicas baixadas pelo governo, por ocasião da crise das bolsas nos países da Ásia, impuseram um corte de 29% nos recursos daquela universidade, "que já eram insuficientes para suas necessidades".

Outra perda "de peso" infligida ao ensino universitário no Pará, segundo Diniz, foi a retirada das participações orçamentárias dos governos federal e estadual, num total de R\$ 4.2 milhões, do programa de interiorização universitária. O senador Nabor Júnior solidarizou-se com as denúncias apresentadas pelo reitor e se colocou à disposição para participar do movimento em defesa das universidades federais.

Ademir diz que quadro é estarrecedor

O senador Ademir Andrade, relator da Comissão Temporária da Amazônia, (PSB-PA) considerou "estarrecedor" o quadro apresentado pelos professores Silas Guedes de Oliveira, vicereitor da Universidade do Amazonas, e Cristóvam Diniz, reitor da Universidade do Pará. "Constatamos, com profundo pesar, a drástica diferença que existe no tratamento dispensado às universidades do Norte com relação a outras regiões mais desenvolvidas do nosso país", lamentou.

O vice-reitor da Universidade do Amazonas falou de algumas das dificuldades que a instituição vem enfrentando. Ele citou que as obras do campus universitário estão incompletas há mais de 15 anos, alguns cursos criados por exigência do mercado ainda não dispõem de instalações físicas e os recursos orçamentários não contemplam obras de manutenção.

- No tocante a pessoal, a universidade perdeu, por aposentadoria, um número expressivo de docentes qualificados; os que aderiram ao programa de demissão voluntária do governo tiveram suas vagas excluídas e os que falecem não são substituídos. Assim, a instituição vem funcionando há mais de três anos com cerca de 200 professores de contrato temporário - descreveu Silas Oliveira.

Para minimizar os problemas das universidades, o senador Ademir Andrade propôs uma maior integração entre seus representantes e a bancada dos estados. "Temos que trabalhar para corrigir essas distorções e combater a posição do governo, se ele marchar para um processo de ampliação da desigualdade, em busca da privatização", afirmou.

Jonas defende pesquisa agropecuária

Ao ressaltar a vocação do Centro-Oeste para se tornar o mais expressivo pólo de produção agrícola do país, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) disse ontem que faltam políticas consistentes de pesquisa agropecuária que assegurem o aumento de produtividade, mantendo a qualidade dos produtos e o respeito ao meio ambiente.

 A fim de possibilitar que os produtores locais possam concorrer com os de outras regiões brasileiras e com os produtores estrangeiros, é imprescindível obter avanços tecnológicos no campo da engenharia genética, da biotecnologia e das técnicas de cultivo. Não basta dispor dessas tecnologias nos centros e unidades de pesquisa; é necessário que elas possam ser adotadas pelos produtores - explicou.

Para Jonas Pinheiro, foi essa a função da TecnoCampo 98, realizada em Rondonópolis, Mato sGrosso, entre 1º e 4 deste mês. "Ali foram demonstrados os resultados da parceria entre a Embrapa, a Empaer/MT e a Fundação Mato Grosso, entidade privação Mato Grosso, entidade priva-

da mantida pelos agricultores, indústrias de máquinas e insumos, e prefeituras", informou.

O senador explicou que a feira é um evento pioneiro na região, com demonstrações de máquinas e implementos, e visitas a unidades demonstrativas, onde são apresentados os resultados das pesquisas e técnicas de cultivo.

Segundo Jonas, a fundação, já lançou, em apenas quatro anos de existência, 11 variedades de soja e algodão, resistentes a pragas e doenças, com elevado potencial de produção.



Jonas quer mais produtividade

Antonio Carlos elogia decisão da Câmara sobre Naya

"A Câmara cumpriu o seu dever." Com esta frase, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, resumiu sua opinião a respeito da decisão tomada ontem pelos deputados, cassando o mandato de Sérgio Naya.

 Houve a cassação de quem merecia ser cassado, que é o deputado Sérgio Naya - afirmou.

O senador enfatizou que o resultado é "muito importante para a nação", mas lamentou que não tenha sido registrado um saldo maior de votos favoráveis:

- Estou contente, mas ficaria mais contente com um número ainda maior de votos, demonstrando uma unidade muito grande em favor da moralidade. Estava tão temeroso, que já fiquei satisfeito com os 20 votos de diferença. Fiquei perturbado, no início, porque num caso tão flagrante era para ter muito poucos votos contrários - disse.

Quanto ao reflexo da decisão sobre os outros processos semelhantes em tramitação na Câ-



ACM: Câmara cumpriu seu dever

mara, Antonio Carlos negou-se a fazer previsões: "Não quero ser profeta em casa alheia", explicou, lembrando a complexidade de tratar com 513 deputados. Aproveitou, porém, para elogiar o desempenho da direção da Casa.

 Quero louvar o trabalho das lideranças e do presidente Michel Temer, por conseguirem esse resultado, e também a colaboração da imprensa, que ajudou bastante, trabalhando pela boa causa concluiu O ministro das Relações Exteriores garantiu na CRE que país só assinará acordo com tratamento igualitário

Lampreia diz que Brasil é contra privilégios na Alca

O ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, garantiu ontem, em audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado (CRE), que o Brasil não será signatário da Alca se esta privilegiar os interesses americanos.

A afirmação foi feita em resposta ao senador Eduardo Suplicy (PT-SP). De acordo com o senador, a Alca prevê total liberação tarifária de bens e serviços nas Américas, além de liberdade para compras governamentais, sem incluir, no entanto, o movimento de trabalhadores.

Lampreia falou também sobre a assinatura de acordos bilaterais assinados pelo Brasil, que estabelecem regras para investimentos nos países signatários. O ministro destacou o caráter de reciprocidade dos documentos, "que dão mais segurança aos investimentos, assegurando também a proteção do investidor



Lampreia também falou à comissão sobre acordos assinados pelo Brasil

brasileiro

O ministro também discorreu sobre as negociações para o Acordo Multilateral de Investimentos, que envolve 29 países. Ele negou que o documento seja vantajoso para os Estados Unidos.

O senador Lauro Campos (PT-DF) disse que o Brasil deve procurar alternativas para os seus excedentes de produção e criticou a concessão de incentivos fiscais a empresas que "sequer se comprometem a gerar empregos".

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) observou que há setores da economia prejudicados por uma abertura indiscriminada ao capital estrangeiro. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) também prefere a adoção de acordos que privilegiem os interesses nacionais.

Lucena será enterrado hoje em João Pessoa

O corpo do senador Humberto Lucena (PMDB-PB) deixou o Salão Negro do Congresso Nacional às 8h30 de ontem e foi escoltado por batedores até a Base Aérea de Brasília, de onde foi embarcado, acompanhado pela família, para João Pessoa, na Paraíba, Aguardavam o féretro os senadores Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Júlio Campos (PFL-MT), indicados para representar o Senado no enterro.

Na capital paraibana, o corpo de Lucena está sendo velado no Palácio da Redenção, sede do governo, e será sepultado hoje, às 10 horas.

CAE aprova empréstimo para gasoduto Brasil-Bolívia

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, por unanimidade, parecer favorável para que a Petrobrás contrate empréstimo de US\$ 271 milhões junto ao The Export-Import Bank of Japan (Eximbank). O empréstimo se destina à compra de materiais para a construção do gasoduto Brasil-Bolívia. O projeto segue para o plenário.

Na mesma reunião, a CAE aprovou parecer para a liberação, pela União, de R\$502,4 milhões, destinados ao saneamento do Banco do Estado de Rondônia (Beron).

De acordo com o projeto de resolução aprovado pela CAE, que também deverá ir a votação em plenário, R\$ 386.8 milhões serão utilizados para cobrir depósitos a vista, a prazo, interfinanceiros e de poupança. Outros R\$ 97,4 milhões farão face a obrigações por empréstimos e repasses. Para o passivo trabalhista, serão R\$ 14,4 milhões. Os recursos serão liberados diretamente para o Beron para a Rondonpoup. Um adicional de R\$ 4 milhões será liberado diretamente ao governo do estado para a criação de uma agência de desenvolvimento.

O empréstimo à Petrobrás divide-se em quatro partes: US\$ 82,7 milhões serão destinados à aquisição de tubos a serem instalados no Brasil; US\$ 37,3 milhões servirão para a compra de estações de compressores e acessórios. Do restante, US\$ 130,1 milhões comprarão tubos a serem instalados na Bolívia e outros US\$ 20,9 milhões serão para compressores e acessórios.

PROGRAMAÇÃO



Tv Senado

7h - Entrevista com Pedro Luis Meneghin - membro da Comissão de Energia do Banco Central - sobre os problemas energéticos do país e o racionamento de energia

8h - Debate com a participação do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) e do deputado federal Tarcísio Perondi (PMDB - RS) sobre a crise na Saúde

9h - Especial com a aula inaugural proferida pelo presidente da República Fernando Henrique Cardoso sobre ética, na abertura da Universidade Sara Kubitschek

10h - Sessão plenária (vivo)

12h15 - Entrevista com Pedro Luis Meneghin - membro da Comissão de Energia do Banco Central - sobre os problemas energéticos do país e o racionamento de energia

13h15 - Debate com a participação do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) e do deputado federal Tarcisio Perondi (PMDB- RS) sobre a crise na Saúde

14h30 - Sessão plenária (reapresentação)

Logo após - Comissão de Assuntos Econômicos - gravado em 15/08

20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

20h40 - "Senado em Pauta"

21h - Especial com a aula inaugural proferida pelo presidente da República Fernando Henrique Cardoso sobre ética, na abertura da Universidade Sara Kubitschek

Logo após - Sessão plenária (reapresentação)

0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

0h40 - "Senado em Pauta"

1h - "Sete Dias na Política"

2h - "Jornal da Amazônia" 2h15 - "Senado em Pauta"

2h30 - Especiais

6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

6h40 - "Senado em Pauta"

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão".

RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

9h45 - "Plenário em Revista"

10h - Sessão plenária

13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

14h30 - Sessão plenária (retransmissão)

19h - "A Voz do Brasil"

22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

0h - Retransmissão da sessão plenária

4h - Música e informação

Debate na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania mostra diversidade de opiniões sobre a proposta de emenda constitucional que extingue as representações de empregados e empregadores na Justiça do Trabalho

Fim dos juízes classistas ainda não tem consenso

Os senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) não chegaram ainda a um consenso sobre a proposta de emenda constitucional que extingue a figura dos juízes classistas na Justiça do Trabalho. A diversidade de opiniões foi a tônica do debate realizado ontem na CCJ.

Partidário da extinção da representação classista, o senador Leonel Paiva (PFL-DF) defendeu o fim da Justiça do Trabalho como um ramo autônomo, considerando que seria mais vantajosa para o país, principalmente sob o ponto de vista econômico, a criação de varas trabalhistas especializadas, integrantes da Justiça Federal.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) também concorda com a extinção da representação classista. Ele defendeu a tramitação rápida da matéria, independentemente das discussões de propostas que visem à reforma do Judiciário.

 Esse tem sido o entendimento da CCJ que, por exemplo, aprovou o efeito vinculante das decisões do Supremo Tribunal Fe-



Reunião da CCJ apresentou posições diferenciadas sobre a proposta de emenda constitucional

deral, sem antes discutir a reforma do Judiciário - observou o senador petista.

Favorável à manutenção da representação classista, a senadora Emília Fernandes (PDT-RS) ressaltou o espírito da Constituição de assegurar a participação dos trabalhadores nas instâncias de discussão e decisão que lhes dizem respeito. De acordo com a senadora, o país não pode, "em nome da modernidade", desprezar os avanços sociais obtidos na era Vargas.

O senador José Fogaça

(PMDB-RS) citou dois aspectos importantes da questão. Para ele, se por um lado "a representação classista infunde no trabalhador a confiança necessária para que lute por seus direitos na Justiça do Trabalho", por outro há uma necessidade urgente do país se adequar à nova realidade econômica, que impõe alterações na legislação trabalhista.

O relator da proposta, senador Jefferson Péres (PSDB-AM), afirmou que a extinção da Justiça do Trabalho será conseqüência da existência de uma "cultura do arbitramento" na sociedade brasileira, que possibilitará a solução de grande parte dos conflitos através do consenso. Mas, por enquanto, ele entende que os juízes classistas são importantes nas juntas de conciliação e julgamento, primeira instância da Justiça do Trabalho.

O presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), anunciou o comparecimento à comissão, no dia 29, do corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro Almir Pazzianotto, para discutir a proposta de emenda.

Presidente de associação vê preconceito

O presidente da Associação Nacional dos Juízes Classistas (Anajuela), Ramon Castro Touron, classificou de preconceito o movimento para acabar com os juízes classistas na Justiça do Trabalho. "Estamos assistindo a um problema de preconceito entre letrados e não-letrados", disse.

No depoimento que prestou ontem na Comissão de Constituição, Justica e Cidadania. Touron rebateu a principal crítica feita aos juízes classistas, que é o custo para os cofres públicos. Ele defendeu projeto de lei do deputado Nilson Gibson (PSB-PE), que tramita na Câmara, dispondo sobre alteração no funcionamento das juntas de conciliação e julgamento e criando as audiências prévias conciliatórias, com a participação dos juízes classistas, antes que sejam realizadas as audiências de conciliação oficiais, com os

CCJ ouviu opiniões divergentes

Quatro juízes do Trabalho debateram ontem, em audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCI), a proposta de emenda constitucional do senador Gilberto Miranda, que extingue a representação classista.

Dárcio Guimarães de Andrade. vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 3ª Região (Minas Gerais), favorável à manutenção dos classistas, disse que o seu fim pode ser o início da extinção de toda a Justiça do Trabalho. Antônio Álvares da Silva, juiz togado do TRT de Minas Gerais, defendeu uma proposta que extingue a Justica do Trabalho, transformando-a em juizados especiais de causas trabalhistas. Também falaram o presidente da Associação Nacional dos Juízes Classistas (Anajucla) e a presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Beatriz Lima Pereira.

Substitutivo retira a remuneração

A proposta de emenda constitucional que acaba com os juízes classistas (PEC nº 63/95), de iniciativa do senador Gilberto Miranda (PFL-AM), foi acolhida pela Comisssão de Constituição, Justiça e Cidadamia nos termos de substitutivo elaborado pelo senador Jefferson Péres, relator da matéria. O substitutivo mantém essa representação classista apenas nas juntas de conciliação e julgamento, mas sem remuneração.

Durante a fase de discussão no plenário, em primeiro turno, foram apresentadas três emendas à proposta. Por esse motivo, a PEC voltou à CCJ, que examinará as emendas. Após, a matéria retornará ao plenário, para votação em primeiro turno.

Jefferson Péres diz, em seu parecer, que a existência dos classistas, ao longo dos últimos 50 anos, tem sido de pouca utilidade na solução de conflitos das relações de trabalho. "Assim como ocorreu com a contribui-



Jefferson elaborou substitutivo

ção sindical, a representação classista serviu de instrumento de atrelamento dos sindicatos ao Estado", afirma o senador.

A PEC modifica os artigos 111, 113, 115 e 116 da Constituição. Estabelece que o Tribunal Superior do Trabalho (TST) deve ter 27 ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de 35 e menos de 65 anos, nomeados pelo presidente da República e aprovados pelo Senado. A composição deve ser formada por três quintos de juízes de carreira da magistratura trabalhista, um quinto de advogados e um quinto de membros do Ministério Público do Trabalho.

Uma das emendas apresentadas no plenário assegura o
cumprimento dos mandatos dos
atuais ministros classistas temporários do Tribunal Superior
do Trabalho e dos atuais juízes
classistas temporários dos tribunais regionais do trabalho e
das juntas de conciliação. Essec cargos, de acordo com a
proposta, devem ser transformados em cargos vitalícios de
ministros togados e de juízes
togados, quando da extinção
dos classistas.

Outra emenda mantém os juízes classistas na Justiça trabalhista, da seguinte forma: 10 no Tribunal Superior do Trabalho; um terço em cada Tribunal Regional do Trabalho; e dois juízes em cada Junta de Conciliação e Julgamento.

Magistrados defendem a mudança

Na audiência pública promovida ontem pela Comissão de
Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), a presidente da Associação Nacional
dos Magistrados da Justiça do
Trabalho, Beatriz de Lima Pereira, criticou os juízes classistas e
disse que o pensamento unânime dos magistrados é de que
deve acabar a participação paritária na Justiça do Trabalho.

Beatriz Pereira afirmou que a presença de leigos na Justica do Trabalho em nada contribui para a democratização nem para a celeridade do Judiciário. Citando números, assegurou que são bem maiores os índices de processos examinados pelos togados do que pelos classistas.

Além das despesas do Judiciário com os classistas - que superam a casa dos R\$ 200 milhões -, esses juízes "constituem hoje um sério obstáculo à luta contra o nepotismo na Justiça do Trabalho, pois empregam parentes e amigos", frisou.